DESAFIOS EFPCs 2019
Investimentos e Solvência
MERCER BRASIL
ANCEP

ANCEP NOTÍCIAS

O jornal diário dos ancepianos.
29 de janeiro- 8h30

A PREVIC ESTÁ PRÓXIMA DOS PROFISSIONAIS E BUSCA APRIMORAMENTO NORMATIVO, DIZ PAULO MACEDO

Após 10 apresentações em diferentes capitais, isto é, um grande número de eventos no curto espaço de apenas 1 mês e cada um deles assistido por um público médio de perto de meia centena de ancepianos, a série do **Seminário Procedimentos e Controles na Elaboração das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs** está sendo encerrada hoje em Porto Alegre, com muita informação de qualidade e orientação técnica passada por especialistas mobilizados pela ANCEP entre os mais qualificados do País. Ontem, em Florianópolis, na penúltima edição, um dos expositores foi Paulo Roberto Pereira de Macedo (**foto**), Coordenador de Orientação de Contabilidade, da Diretoria de Normas e Orientação Técnica - DINOR da PREVIC, que informou, por exemplo, esperar para esse primeiro trimestre a publicação da Instrução Normativa que virá regular a Resolução 29 (consolidação das normas contábeis) e objeto da recente Consulta Pública nº 3. " "Estamos perto de termos um novo plano de contas com detalhamentos a fim de padronizar procedimentos e atender a necessidade permanente da transparência das informacões" .

Esse estar perto dos profissionais, admitiu Macedo, pressupõe um permanente diálogo e disposição para aprimorar as normas já publicadas. Na área atuarial, explica, a IN 10, que veio regular a Resolução 30 (consolidação das normas atuariais), é uma das que deverão passar por esse aprimoramento, "Nas conversas, como as que aconteceram em Florianópolis, sempre surge alguma demanda", completa Macedo.

Entre os assuntos que deverão ser discutidos nos próximos meses na Comissão Nacional de Atuária da PREVIC, antecipou Macedo, estão as tábuas geracionais e seus impactos.

Além de fornecer a tão aguardada orientação quanto ao fechamento do exercício anterior, uma vez que as mudanças havidas de um ano para o outro afetam procedimentos e controles, o conjunto de eventos do **Seminário Procedimentos e Controles na Elaboração das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs** propiciou um melhor entendimento acerca da possibilidade que a Resolução CNPC 31, do final do ano passado, trouxe de as entidades passarem a utilizar CNPJs por plano e das vantagens que advirão disso, ao lado dos próximos passos que precisarão ser dados a respeito. A exposição de especialistas permitiu ainda um alinhamento de informações e opiniões sobre os próximos passos para a operacionalização do CNPJ por Plano, que deve ser detalhado através da publicação de instruções normativas da Receita Federal e da PREVIC.

Eventos de fevereiro e março: Mercer mobiliza os seus maiores talentos

O Ciclo de Treinamentos Mercer-Ancep 2019 prevê a realização, em fevereiro e março, de uma série de seminários sob o título Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência. Os eventos serão distribuídos entre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Porto Alegre e deles participarão nomes de peso da Mercer, conhecedores profundos dos temas, como Antônio Fernando Gazzoni, Wagner Kladt, Frederico Vieira e Tiago Calçada.

O seminário será apresentado em **Porto Alegre** (11 de fevereiro), **Recife** (15 de fevereiro), **Brasília** (19 de fevereiro), **Rio de Janeiro** (12 de março) e **São Paulo** (13 de março).

Gazzoni, um dos especialistas da Mercer que atuarão no evento, é Diretor Institucional da Mercer Brasil, É, também, Diretor Superintendente da MercerPrev, tendo trabalhado na Secretaria de Previdência Complementar (SPC, atual Previc) como responsável pelas áreas Atuarial, de Sistemas de Informação e Econômico-Financeira. É ainda Professor de cursos de pós-graduação na área de Previdência Complementar da FGV/BSB, ICAT/UNIDF, UDESC/SC, FIA/USP, IBMEC e da UNIABRAPP (formação de Conselheiros), tudo isso a partir de uma formação acadêmica que inclui especialização em Pension Funds and Money Management e Investimentos Alternativos pela The Wharton School, USA, e em Corporate Governance for Institucional Investors, pela Graduate School of Business da University of Chicago, USA.

Wagner Kladt, por sua vez, é consultor sênior de investimentos na Mercer Brasil. Com amplo capital intelectual em consultoria de investimentos, apoia a implantação de estratégias de alocação, avaliações de desempenho e análises de riscos com o objetivo de melhorar a relação risco x retorno dos investimentos no longo prazo. Wagner tem mais de 20 anos de experiência profissional em investimentos e acumula passagens por empresas como Citibank, Bank Boston, Banco Safra e ABBPrev (Entidade Fechada de Previdência). É formado em Administração de Empresas pela PUC/SP, pós-graduado em Finanças pelo IBMEC/SP e em negócios internacionais pela Sydney Business School, e tem certificação CFA (Chartered Financial Analyst).

Outro expositor, Frederico Vieira, é consultor atuarial da Mercer em Brasília, onde coordena a equipe responsável pelo atendimento a empresas e fundos de pensão, em projetos de alta complexidade técnica. Em seu histórico profissional consta passagem pela BB Previdência, onde atuou como Gerente de Modelagem e Atuária, Banco BMG, executando atividades na área de planejamento e indicadores e Rodarte Nogueira, local que trabalhou no departamento de previdência. Frederico também é membro da comissão de Entidades Fechadas do Instituto Brasileiro de Atuária e certificado com ênfase em Administração pelo Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social - ICSS. Atuário, graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e membro do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Atualmente, Tiago Calçada é líder do escritório de Brasília, com responsabilidade pelo gerenciamento e expansão da carteira de negócios nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do país. Atuou por mais de 11 anos como consultor de Wealth assessorando empresas interessadas na viabilização dos seus programas de previdência complementar, desde a fase de desenho do plano, seleção do veículo financeiro, implantação e comunicação do programa. Auxiliou também grandes corporações na mensuração, gerenciamento e mitigação de compromissos pós-emprego, segundo regras locais e internacionais. É formado em Ciências Atuariais pela PUC-SP e possui certificação pelo IBA (Instituto Brasileiro de Atuária).

Observa o Presidente da ANCEP, Roque Muniz, que os temas abordados não poderiam ser mais oportunos, à luz da atual agenda. Serão tratadas questões como Resolução CMN 4.661 (investimentos); Instruções Previc 6 e 8 e Portaria 1.088; resolução CNPC 30 (solvência); Resolução CGPAR 25 (Estratégicas previdenciais) e PGA: Sustentabilidade no longo prazo.

Perdas da Vale podem atingir em cheio os fundos de pensão

As perdas bilionárias da Vale em um único dia, ontem, acertaram em cheio os fundos de pensão, e levantaram dúvidas sobre a viabilidade de venda da participação das fundações na mineradora, em 2019. A Litel é um veículo de investimento que reúne a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Funcesp (empresas elétricas do Estado de São Paulo). Somente ontem, o recuo das ações da mineradora levou a perdas de cerca de R$ 16 bilhões na Litel, cujo valor de mercado era de R$ 65,3 bilhões, na sexta, e caiu para R$ 49,3 bilhões ontem, aponta o jornal **VALOR ECONÔMICO**.

Na mesma linha, outro jornal, **O ESTADO DE S. PAULO**, mostra em um quadro ilustrativo a importância dos fundos de pensão brasileiros enquanto maiores investidores da Vale. Essa mesma posição destacada aparece em **O GLOBO** e na **FOLHA DE S. PAULO.**

A esse mesmo respeito o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL** traz a informação de que fundos exclusivos pertencentes às fundações de previdência fechada detém quase R$ 2 bilhões em ações da empresa Vale, cujo valor de mercado caiu 24% no pregão de ontem, segunda-feira.de janeiro. Destaca que apenas um fundo exclusivo pertencente à Previ detém R$ 1,14 bilhão em ações da mineradora.

A seguir vem um fundo exclusivo da Funcef, que tem R$ 191 milhões em ações da Vale, e dois fundos exclusivos da Real Grandeza, que juntos somam R$ 117 milhões em ações da Vale. O levantamento é apenas uma pequena mostra dos investimentos dos fundos de pensão nas ações da mineradora, pois além dos fundos exclusivos as fundações de previdência fechada também investem em centenas de outros fundos abertos que compram ações da Vale. O prejuízo dos fundos de pensão com a queda das ações da Vale, por enquanto, ainda não pode ser quantificado.

O valor dessa perda é aproximado pois considera só as oscilações em bolsa da Vale, no pregão de ontem, e não leva em conta as diferentes formas de cálculo de cada fundo de pensão - valor econômico ou valor de mercado -, nem os aspectos tributários. Se a Previ contabilizasse a participação ao sabor das altas e baixas diárias, apenas ontem as perdas em bolsa seriam de quase R$ 13 bilhões. Na sexta, o valor de mercado da participação da Previ na Vale, via Litel, era de R$ 52,6 bilhões, valor que caiu ontem para R$ 39,7 bilhões. A fatia do fundo de pensão na Litel é de 80,6%.

Na última divulgação de resultados da Previ, a fatia da Vale era avaliada em mais de R$ 45 bilhões e representava 50,65% da carteira de renda variável e 25,14% do patrimônio do fundo. Na Petros, a participação em Vale corresponde a cerca de R$ 4 bilhões e a concentração na mineradora está dentro dos parâmetros de risco.

Em outro texto o mesmo jornal traz notícia que ajuda os dirigentes de fundos de pensão brasileiros a pensar: Um acionista relevante da Vale que ontem estava às voltas com a tentativa de modelar o valor da mineradora pós-Brumadinho aponta como principal incógnita para o papel o comportamento futuro dos fundos com políticas ambientais e de governança corporativa, especialmente europeus. "A Vale corre o risco de perder uma fatia de acionistas e dimensionar esse efeito é a maior dificuldade que encontro hoje", disse o acionista. "Esses fundos na Europa são gigantes e, caso eles decidam não ter mais o papel, a empresa perderá uma demanda pelas ações. É algo quase impossível de calcular e é um movimento que não vai acontecer no curto prazo", completou o acionista.

Segundo a agência "Bloomberg" reportou ontem, o conselho de ética que recomenda exclusões para o fundo soberano de US$ 1 trilhão da Noruega está analisando o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. "É óbvio que consideramos casos como este", disse Eli Ane Lund, chefe do secretariado do conselho de ética do fundo da Noruega, em entrevista por telefone, ontem. "Acidentes podem acontecer com todos. Mas há o fato de que este é o segundo acidente muito grave desse tipo que afeta essa empresa." Na vizinha Suécia, o conselho de ética do fundo de pensão público AP Funds disse no final de semana que provavelmente recomendaria uma exclusão da Vale

Reforma da Previdência: Barbosa defende que esquerda apresente proposta alternativa

O ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa defendeu em entrevista ao **VALOR ECONÔMICO** que o PT e os demais partidos de esquerda apresentem uma proposta alternativa de reforma da Previdência, após o envio do projeto do governo Jair Bolsonaro. Para Barbosa, é preciso, além de tratar questões do lado da despesa, como idade mínima, discutir o financiamento do sistema.

Barbosa defende, por exemplo, elevar a contribuição não só de servidores civis, mas também dos militares e a dos trabalhadores privados. Nesse último caso, a sugestão é que o aumento da contribuição previdenciária seja feito por meio da redução do recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), assim não se afetaria a renda disponível no presente para os integrantes do setor privado. Para compensar parcialmente a perda da contribuição menor ao FGTS, a sugestão é elevar o rendimento do Fundo, para o nível da poupança.

Uma das preocupações colocadas é sobre a possibilidade de redução do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao longo do tempo, ideia que consta por exemplo da proposta apresentada por Arminio Fraga e Paulo Tafner, entre outros, e que está sendo analisada pela equipe econômica. "Tenho total oposição a qualquer proposta que reduz o teto do INSS. Precisamos é aumentar o teto, a cobertura do sistema e aumentar a contribuição atual. Os trabalhadores precisam contribuir mais", disse.

A leitura é que o movimento de redução do teto do regime geral para viabilizar a capitalização na prática significa reduzir o valor presente do déficit futuro da Previdência, o que deve gerar maior pressão em gastos assistenciais no futuro. "Ao reduzir o teto do INSS para dois salários mínimos, é como se o país tivesse se resignando que a maior parte da população brasileira vai ficar ganhando até dois salários mínimos. Acho que a gente tem que ter Previdência para o país que a gente quer no futuro, com renda per capita maior", afirmou, reiterando que a contribuição previdenciária do setor privado deveria subir.

Em artigo na **FOLHA DE S. PAULO**, o publicitário Nizan Guanaes sublinha a importância visceral da reforma: "Previdência, Previdência, Previdência é o enredo do início de governo, a reforma seminal que deixará a pista pronta para o país evoluir. Não é fácil, não é agradável —é necessário", diz.

Reforma da Previdência 2: São Paulo quer sair na frente

À frente da Secretaria de Fazenda de São Paulo, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles antecipa em entrevista ao **O ESTADO DE S. PAULO** que o Estado fará ajustes da Previdência estadual assim que a reforma for aprovada pelo Congresso Nacional. Meirelles está confiante que a proposta será aprovada ainda no primeiro semestre, mas alerta que, quanto mais cedo o governo definir qual é o projeto, melhor e mais rápida será a negociação com o Congresso.

No governo há menos de um mês, João Dória (PSDB) já se declarou favorável a uma nova reforma previdenciária em São Paulo, defendida também por Henrique Meirelles . E o foco prioritário, dessa vez, deve ser elevar a alíquota cobrada dos servidores (novos e antigos), de 11% para 14%, com o intuito de dar fôlego imediato ao cofre estadual e seguir o que já fazem outros oito Estados, como Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Semana passada, em Davos, o tucano defendeu que isso seja feito de forma “gradual”, mas não mencionou intenção de alterar idade mínima, ainda mais polêmica. Para evitar o desgaste interno, a ordem é trabalhar pela aprovação da reforma no âmbito federal, já com as duas mudanças.

Investimentos: Dívida pública cresce antes de diminuir

Aos gestores de carteiras de fundos de pensão, enquanto investidores em títulos públicos e maiores interessados nos destinos da economia brasileira, interessa notícia da **FOLHA DE S. PAULO** dando conta que o governo está prevendo uma piora do perfil do endividamento público neste ano, com uma maior concentração da dívida em títulos de mais curto prazo e mais voláteis. O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que este é "o cenário pré-reforma da Previdência" e avalia que o apetite de investidores por títulos de prazo mais longo pode aumentar, caso o país aprove a reforma, aumente o potencial de crescimento da economia e avance nas privatizações (o que abate a dívida pública).

Segundo o Tesouro Nacional, O cenário mais pessimista (42%), segundo o Tesouro, embute a aprovação de uma reforma aquém do discutido até o momento, cujo marco é a proposta do ex-presidente Michel Temer, aprovada em comissão especial no Congresso. O cenário mais pessimista (42%), segundo o Tesouro, embute a aprovação de uma reforma aquém do discutido até o momento, cujo marco é a proposta do ex-presidente Michel Temer, aprovada em comissão especial no Congresso.